

Sumário

Lista de abreviaturas	21
Apresentação	27
Introdução	31
1. Origens e precedentes históricos do instituto. A legislação comparada	35
1.1. Do surgimento do Instituto	35
1.2. O Instituto na legislação brasileira	41
1.3. A comparação de direitos	45
1.3.1. A legislação uruguaia	47
1.3.2. A legislação argentina	49
1.3.3. A legislação chilena	50
1.3.4. A legislação peruana	52
1.3.5. A legislação portuguesa	54
1.3.6. A legislação espanhola	56
1.3.7. A legislação alemã	58
1.3.8. A legislação italiana	60
1.3.9. A legislação austríaca	63
2. A inserção do delito continuado no sistema penal	65
2.1. Do concurso de crimes	65
2.2. A exata localização do concurso de crimes	67
2.2.1. O concurso de crimes e a teoria do crime	67
2.2.2. O concurso de crimes e a teoria da pena	68
2.2.3. A posição intermediária ou mista	68
2.2.4. A localização do crime continuado	69
2.3. As modalidades de concurso de crimes	70
2.3.1. Do concurso material	70
2.3.2. Do concurso formal	72
2.3.3. Do crime continuado	78
2.3.4. Da concorrência entre o concurso formal e o crime continuado	82
2.3.5. Da concorrência entre o concurso material (homogêneo) e o crime continuado	86
2.4. Os sistemas de aplicação de pena	86
2.4.1. O sistema do cúmulo material	87
2.4.2. O sistema do cúmulo jurídico	88
2.4.3. O sistema da absorção	89
2.4.4. O sistema da exasperação	90
2.4.5. A legislação brasileira	90
2.5. A vinculação do concurso de crimes e o grau de culpabilidade. Novos enfoques	91

3. A natureza jurídica do instituto	95
3.1. A TEORIA DA FICÇÃO JURÍDICA.....	95
3.2. A teoria da unidade real.....	98
3.3. A teoria da unidade jurídica.....	99
3.4. A posição brasileira.....	101
3.5. Considerações finais.....	101
4. Dos crimes e institutos jurídico-penais similares ao delito continuado	105
4.1. Dos delitos permanente, instantâneo e instantâneo de efeitos permanentes.....	105
4.1.1. Do delito permanente.....	106
4.1.2. Do delito instantâneo.....	109
4.1.3. Do delito instantâneo de efeitos permanentes.....	109
4.1.4. Dos delitos de estado e instantâneos de efeitos temporários.....	110
4.1.5. Hipótese concreta de debate dessas categorias.....	112
4.2. Do delito habitual.....	115
4.3. Do delito complexo.....	125
4.4. Do delito progressivo. Da progressão crimínosa.....	127
4.5. Dos crimes de ação múltipla (ou de conteúdovariável).....	128
4.6. Da <i>aberratio ictus</i> plurilesiva.....	131
4.7. Dos crimes qualificados com duplicidade de resultados.....	132
4.8. Do delito coletivo.....	134
4.9. Da reincidência.....	136
4.10. Do concurso aparente de normas penais.....	138
5. Dos elementos estruturantes do crime continuado	143
5.1. Da pluralidade de ações e unidade de delitos.....	144
5.2. Do elemento subjetivo unificante. Teorias.....	149
5.2.1. Da teoria subjetivo-objetiva.....	150
5.2.2. Da teoria objetiva.....	154
5.2.3. Da teoria subjetiva.....	158
5.2.4. A posição brasileira.....	159
5.2.5. Considerações críticas.....	160
5.3. Dos crimes da mesma espécie.....	164
5.3.1. Da continuidade delitiva entre as formas consumadas e as tentadas do crime (e entre crimes exclusivamente tentados).....	176
5.3.2. Da continuidade delitiva entre crimes culposos e dolosos (e entre crimes exclusivamente culposos).....	178
5.3.3. Da continuidade delitiva entre crimes omissivos (e entre crimes comissivos e omissivos).....	179
5.3.4. Observações finais.....	182
5.4. Da conexão temporal.....	183
5.4.1. Da conexão temporal e do crime de sonegação fiscal.....	186
5.4.2. Da postura que se adota.....	188
5.5. Da semelhança de lugar.....	188
5.5.1. Crimes internacionais e conexão espacial.....	191
5.5.1.1. Crimes realizados, em continuação, em território estrangeiro e em território nacional.....	191
5.5.1.2. Crimes realizados, em continuação, por brasileiro, em diversos territórios estrangeiros.....	192
5.5.1.3. Crimes internacionais continuados.....	192

5.5.2. Da conexão espacial relacionada à existência de um grupo econômico.....	193
5.6. Da maneira de execução.....	196
5.6.1. Do crime continuado e do concurso de agentes.....	196
5.6.2. Da variação de comparsaria.....	198
5.7. Das demais condições marcadas pela semelhança.....	201
5.8. O crime continuado e os bens personalíssimos.....	202
5.9. O crime continuado: a razão do instituto.....	208
5.9.1. A teoria da benignidade.....	208
5.9.2. A teoria da utilidade processual.....	209
5.9.3. A teoria da mitigação da culpabilidade.....	210
5.9.4. Críticas.....	213
5.10. Observações finais.....	214
6. Crime continuado e questões materiais e processuais.....	217
6.1. Crime continuado: questões exclusiva ou preponderantemente materiais.....	218
6.1.1. Da análise isolada e motivada para cada um dos crimes implicados na relação continuada.....	218
6.1.2. Dos critérios de aumento da pena.....	221
6.1.2.1. Do aumento de pena indicado no <i>caput</i> do art. 71 do CP.....	221
6.1.2.2. Considerações críticas.....	223
6.1.2.3. Do aumento da pena indicado no parágrafo único do art. 71 do CP.....	225
6.1.2.4. Considerações críticas.....	228
6.1.2.5. Da necessidade de demarcação fático-temporal precisa dos crimes componentes da cadeia continuada.....	229
6.1.3. Da fixação da pena pecuniária.....	233
6.1.4. O crime continuado e a prescrição penal.....	237
6.1.4.1. Da contagem do prazo prescricional no crime continuado.....	237
6.1.4.2. Do não cômputo da majoração do crime continuado para efeitos prescicionais.....	240
6.1.4.3. Da prescrição isolada do aumento de pena do crime continuado.....	241
6.1.4.4. O crime continuado, a prescrição penal e o art. 115, primeira parte, do CP.....	241
6.1.4.5. O crime continuado, a prescrição penal e o art. 115, segunda parte, do CP.....	243
6.1.4.6. Nota conclusiva.....	244
6.1.5. O crime continuado e a decadência.....	244
6.1.6. O crime continuado e a sucessão de leis.....	246
6.1.7. O crime continuado e as contravenções penais.....	253
6.1.7.1. Da configurabilidade da continuidade contravencional.....	254
6.1.7.2. Da configurabilidade da continuidade entre crimes e contravenções.....	255
6.1.8. O crime continuado e o delito falimentar.....	256
6.1.9. O crime continuado e o delito de quadrilha ou bando.....	258
6.1.10. O crime continuado e a imputabilidade (plena ou diminuída) penal.....	260
6.1.10.1. Menoridade penal (art. 27 do CP).....	261
6.1.10.2. Crime continuado e doença mental (art. 26, <i>caput</i> , do CP).....	262
6.1.10.3. Crime continuado e semirresponsabilidade (art. 26, parágrafo único, do CP).....	262
6.1.11. O crime continuado e o CP militar.....	263
6.1.12. O crime continuado e o direito administrativo.....	267
6.1.13. O crime continuado, a anistia, a graça e o indulto.....	276
6.1.14. O crime continuado e o princípio da insignificância.....	278
6.1.15. O crime continuado e as penas restritivas.....	284

6.1.15.1. Noções gerais sobre o sistema de substituição.....	285
6.1.15.2. Do conceito, espécies e características.....	286
6.1.15.3. Dos requisitos para a substituição.....	288
6.1.15.4. Da diversidade de entendimento.....	288
6.1.15.5. Da posição que se adota.....	289
6.1.16. O crime continuado e a extradição.....	291
6.1.16.1. Aspectos gerais. Conceito.....	291
6.1.16.2. A extradição no nosso ordenamento jurídico.....	292
6.1.16.3. Da recepção da matéria.....	293
6.2. Crime continuado e questões exclusiva ou preponderantemente processuais.....	297
6.2.1. O crime continuado e a Lei 9.099/95.....	297
6.2.1.1. Do <i>sursis</i> do processo penal.....	297
6.2.1.2. Da transação penal e da competência do juizado especial criminal.....	301
6.2.1.2.1. Do cabimento da transação penal.....	301
6.2.1.2.2. Da fixação da competência do juizado especial criminal.....	303
6.2.2. O crime continuado e a coisa julgada.....	306
6.2.2.1. Crimes cometidos antes da condenação e descobertos após.....	307
6.2.2.2. Crimes cometidos depois da condenação.....	309
6.2.3. O momento de unificação das penas.....	310
6.2.4. O crime continuado e o aditamento à acusação.....	312
6.2.5. O crime continuado e a revisão criminal.....	313
6.2.6. O crime continuado e o <i>habeas corpus</i>	317
6.2.7. O crime continuado e a fiança.....	320
6.2.8. O crime continuado e a prisão em flagrante.....	324
6.2.9. O crime continuado e a quesitação do Tribunal do Júri.....	326
6.2.9.1. Noções elementares.....	326
6.2.9.2. Da controvérsia.....	328
6.2.9.2.1. Da orientação que nega essa possibilidade.....	328
6.2.9.2.2. Da orientação que aceita essa possibilidade.....	329
6.2.9.2.3. Da orientação que deve prevalecer.....	329
7. O crime continuado e a jurisprudência.....	331
Conclusões tópicas.....	341
Referências bibliográficas.....	351